

## **TALHAS NUMÉRICAS E O ANTIGO TESTAMENTO**

Manoel de Campos Almeida

*PUCPR - Brasil*

(aceito para publicação em agosto de 2002)

### **Resumo**

Talhas numéricas foram empregadas pela primeira vez pelo menos há quarenta mil anos atrás. Elas podem ter sido um método de contabilidade primitivo, mas certamente provaram seu valor como registro permanente de documentos legais. A técnica permaneceu aproximadamente a mesma ao longo de muito séculos de mudanças históricas e culturais, diretamente até o presente. O texto bíblico Tb 5, 1-3 pode testemunhar um dos mais antigos emprego de talhas numéricas para efeitos legais. A aliança de Deus com Abrão e seu antigo ritual podem também receber uma nova interpretação, em termos das funções das talhas numéricas, se considerarmos o paralelismo entre ambos simbolismos.

### **Abstract**

Notched tally sticks were first used at least forty thousand years ago. They might seem to be a primitive method of accounting, but they have certainly proved their value as a permanent register of legal documents. The technique has remained much the same through many centuries of historical and cultural changes, right down to the present day. The biblical text Tb 5, 1-3 may record one of the oldest employment of notched tally sticks for legal purposes. God's covenant with Abraham and its ancient ritual may also receive a new interpretation in terms of notched tally sticks functions, if we consider the parallelism amongst both symbolisms.

### **1. Talhas numéricas**

Logo que o homem começou a contar surgiu a necessidade de se anotar os números resultantes deste processo. Se utilizasse, por exemplo, dos dedos da mão para contar um conjunto de peles, ao término da contagem não restaria um registro material do resultado obtido.

As mais antigas evidências arqueológicas do registro de números na Europa, obtidos por meio de processos de contagem, são ossos marcados com incisões, que datam do período Aurignaciano (c.35.000-30.000 A.C.), do Paleolítico Superior. Diversos ossos, com incisões regularmente espaçadas, foram encontrados principalmente na Europa Ocidental. Entre esses sobressai um rádio de lobo, marcado com 55 incisões em duas séries

de grupos de 5, descoberto em 1937, por Karl Absalom, em Dolni Vestonice, na antiga Tchecoslováquia Central. Esse osso, que data de aproximadamente 30.000 A.C., mostra que os seres humanos, já naquele tempo, eram capazes de conceber números de um maneira relativamente abstrata, inclusive empregando uma base de numeração (5).

A descoberta de incisões em um osso de babuíno fossilizado, encontrado na Caverna da Fronteira, entre a África do Sul e a Namíbia, datando de pelo menos 35.000 A.C., mostra a antiguidade do emprego desta técnica na África. O osso fóssil de Ishango, gravado com um complexo arranjo de incisões e encontrado na região dos lagos da África Central, pertence ao Mesolítico (c. 23.000-18.000 A.C.).

Provavelmente faziam também incisões em pedaços de madeira para anotar números, porém como ela é um material mais degradável que o osso, que se conserva melhor, não sobreviveram testemunhos arqueológicos deles. Os homens estavam assim inventando os rudimentos da *contabilidade escrita*, traçando *algarismos* nos ossos (ou madeira), no sistema numérico mais rudimentar que existiu.

Essa técnica primitiva, de entalhar em bastões de madeira uma marca para cada unidade computada, chegou até nossos dias. Exemplos dela encontramos no ás da aviação, que para cada inimigo abatido faz pintar uma marca em sua aeronave; também no assassino profissional que, para cada vítima, acrescenta uma incisão na coronha da sua arma; ou, mesmo hoje, quando desejamos contar um dado conjunto de coisas, riscamos um traço para cada seu elemento. A técnica do entalhe é, portanto, muito antiga, de uso amplamente difundido.

Há até poucas gerações, os pastores alpinos e húngaros, assim como os celtas, toscanos e dálmatas, tinham por hábito anotar o número de cabeças de seus rebanhos gravando igual número de traços em pequenos bastões ou tabuletas de madeira.

O uso de talhas em contabilidade, como registro de obrigações, pode ser traçado até o tempo das antigas tribos germânicas (cf. MENNINGER, p.228).

Inicialmente as talhas eram empregadas para acompanhar o registro dos números parciais e sucessivos envolvidos em uma transação. Todavia, seu uso logo evoluiu, outras funções foram adicionadas, a talha tornou-se uma forma de memória e documento de autenticação, pois podia manter não apenas os estágios intermediários de uma transação, mas também seu resultado final, além de servir como documento legal da mesma. Neste novo papel, como registro definitivo da transação, adquiriu conotação jurídica e também econômica, muito além da mera função aritmética do seu primeiro emprego.

As *marcas de propriedade* foram os dispositivos adicionais que permitiram às talhas assumirem o papel de ferramentas econômicas e legais. Simbolizavam o nome de seu proprietário, representando-o legalmente em qualquer situação, como uma assinatura. Tinham, assim, o mesmo caráter dos selos pessoais mesopotâmicos. O uso impróprio de uma marca de propriedade era severamente punido pela lei.

Encontramos exemplos de restrições legais ao mau uso de talhas de marcas de propriedade até praticamente a atualidade. Na França, o emprego das talhas era regular até o século XIX, sendo que o Código de Napoleão, base do moderno sistema legal francês, no seu artigo 1.333, que trata da certificação do envio de bens para um freguês, menciona-as explicitamente como meio de garantia juridicamente aceito de que as entregas tinham sido

realizadas. Desde o século dezessete encontramos na legislação francesa penalidades previstas para a falsificação e uso impróprio das marcas de propriedade.

Estas marcas, verdadeiros sinais para nomes, constituíam a assinatura tradicional dos analfabetos, assim como a prática dos entalhes numéricos era a contabilidade dos iletrados. Eram símbolos convencionais, não apenas criadores de direitos mas também geradores de obrigações.

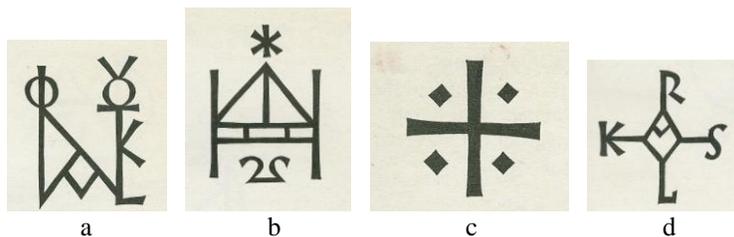


Figura 1

Diversas “assinaturas” de imperadores poderosos, mas muitas vezes analfabetos, não passavam de meros sinais para seus nomes, equivalentes funcionalmente às marcas de propriedade ou a impressão dos selos pessoais mesopotâmicos. A Figura 1 exemplifica algumas, de influentes soberanos da Idade Média.

Nela encontramos: em a. o nome-símbolo do Imperador Justiniano, em b. o de Oto, o Grande. Em c. a assinatura de Pepino, o Breve, sendo que a cruz era desenhada pelo escriba, o Imperador adicionava então somente os pontos e, finalmente, em d) a do todo poderoso Imperador Carlos Magno que, como era iletrado, só desenhava o losango do centro, o resto era completado pelo escriba.

O Tesouro Real Britânico, desde o século XII, manteve o registro de pagamento de taxas e impostos por seus cidadãos em livros e talhas, o que ocorreu até 1820. Em muitas partes da Suíça e da Áustria, até recentemente as talhas constituíam uma instituição social e legal genuína.



Figura 2

Talhas duplas do Tesouro Real Britânico. Séc. XIII - Westminster

MENNINGER (1992), menciona os bastões de madeira empregados pelos chineses da dinastia HAN (200 A.C.- 200 D.C.), encontrados em uma torre da Grande Muralha da China, que registram eventos da vida ordinária e comercial, lembrando que têm todas as características funcionais das talhas, exceto que têm os caracteres pintados com pincel ao invés de gravados com uma faca. A palavra para contrato, em chinês, é representada por um ideograma composto de três caracteres (Fig.3): o primeiro, no alto, à esquerda, representa uma talha com entalhes; o segundo, também no alto, à direita, representa uma faca; o terceiro, embaixo, significa “grande”. Um contrato ou acordo, em chinês, significa literalmente, portanto, “uma talha com entalhes grande”.



Figura 3  
Ideograma chinês  
significando *contrato*

Podemos identificar três tipos principais dessas talhas: a simples, formada por um único bastão ou vara de madeira, onde se entalham registros numéricos. A dupla, que era feita de um pedaço de madeira fendido no sentido de seu eixo longitudinal até quase a sua extremidade. A parte maior era a “matriz”(stock), e a menor o “encaixe”(inset). Muito mais raras eram as triplas, formadas por três partes.

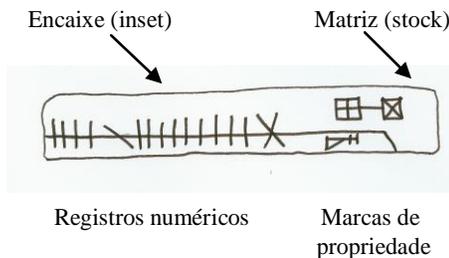


Figura 4 - Talha dupla

A talha dupla era um excelente instrumento de registro, que podia ser empregado em vários tipos de transações. Por exemplo, quando um pagamento era feito ou recebido, o devedor coloca o seu “encaixe” na “matriz”, que o credor geralmente mantinha consigo, sendo que o ajuste devia ser perfeito, e marcas são cortadas, de diferentes profundidades, larguras e intervalos entre elas, por meio de facas ou serras, ou removidas, de ambas as peças ao mesmo tempo. Cada parte envolvida na transação retinha a metade da talha com a

marca de propriedade da *outra* parte interessada. Esse sistema maravilhosamente simples de dupla entrada torna a trapaça praticamente impossível.

Da utilização de talhas duplas no cotidiano surgiram termos ainda hoje empregados em atividades econômico-financeiras. O termo *dividendo* provavelmente origina-se com a denominação da talha dupla inglesa, pois no século XIII ela era chamada de *tallia dividenda*, ou simplesmente *dividenda*, bastão a ser dividido. O nosso *cheque*, como certificado (ou ordem) escrito de pagamento, remonta ao costume do tesoureiro real inglês de emitir matrizes de talhas duplas com um determinado valor inscrito, por exemplo, com marcas de £20. O encaixe ficava de posse do tesouro. O cidadão habilitado ao crédito ia ao tesouro com a matriz, e se o encaixe ali guardado se ajustasse perfeitamente à matriz, recebia o valor devido. Esse ato de comparação era denominado *to check*, o que, ainda hoje, em inglês, significa comparar um documento original, ou peça escrita, com uma cópia, para ver se a cópia é correta.

Muito já se debateu sobre a origem dos numerais romanos. Presentemente, autores como MENNIGER (1992) e IFRAH (2000) afirmam categoricamente que os símbolos I, V e X, de longe os mais antigos da série desses numerais, são verdadeiros fósseis pré-históricos, descendendo diretamente da gravação de marcas em talhas para a contagem. MENNIGER argumenta também que a possível origem do V (5) seria a divisão do X ao meio, originando os símbolos V (5 em algarismos romanos) e Λ. Este último figura em moedas etruscas do século V A.C., com o valor numérico 5.

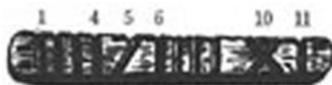


Fig. 5 – Possível origem dos algarismos romanos I, V e X (cf. IFRAH, 2000).

MENNIGER ressalta a correlação entre *cortar* e *computar* existente entre as palavras latinas *putare*, *imputare*, *deputare* e *computare*. *Putare* significa literalmente *cortar* (fazer incisões, marcar – cf. *amputare*, *amputar*). *Imputare* é *cortar em, indentar*, assim fazer uma incisão, uma marca, tem o significado figurativo de “assinalar um débito a alguém” (cf. *imputar*). Já *deputare* tem o significado oposto de indentar, como se uma marca fosse rasurada, apagada da talha após o débito ter sido pago. *Computare* claramente tornou-se *computar, calcular*, como mostra o termo *computus*, empregado na Idade Média como registro, cálculo de tempo. Em latim, *rationem putare* tem o significado de *contar*.

As *cartae partitae* ou *cartae dentatae* (cartas, papéis divididos ou dentados), em uso na Idade Média (MENNINGER, p. 232), eram contratos redigidos por inteiro duas (ou mais) vezes em uma folha de papel ou pergaminho; na primeira vez o texto era redigido por completo na parte de cima da folha e então copiado literalmente na parte de baixo. Entre as partes superior e inferior eram desenhadas letras. O documento era então cortado segundo uma linha sinuosa, ou em zigue-zague, entre as duas partes, sendo cada parte remanescente

entregue a um dos contratantes. O contrato somente era válido se as partes se ajustassem perfeitamente.

Portanto, o uso de talhas, simples ou duplas, constituía prática comum empregada por expressivo número de culturas ao longo da história da humanidade, disseminadas globalmente. Sua função documental e legal, sua capacidade de registro, sua praticidade e versatilidade, tornaram-nas instrumentos importantes das atividades econômico-legais-financeiras cotidianas de um sem número de civilizações. Lembremos que outros suportes materiais, como pergaminho e papiro, também podiam desempenhar o mesmo papel da madeira das talhas duplas, como mostra o exemplo das *cartae partitae* ou *dentatae*, funcionalmente equivalentes a estas.

Uma interessante aplicação das talhas, desvinculada de sua utilidade para registros numéricos, é a contida no poema medieval *Chevrefoil*, do século XII da nossa era, de autoria de Marie de France's. A linha 61 deste poema de 118 linhas, *Ceo fu la summe de l'escrit*, é provavelmente a mais conhecida linha da obra inteira de Marie de France's. Ela tem sido objeto de numerosos comentários, nenhum inteiramente satisfatório.

Este poema tem por objeto a lenda de Tristão e Isolda (Iseut). Retornando do exílio, Tristão esconde-se na floresta perto de Tintagel, onde sabe que a rainha Isolda deverá passar. Para atrair sua atenção, corta um ramo de aveleira, aparta-o, e divide-o ao meio; escreve seu nome em uma das partes, que coloca estrategicamente para que a rainha a veja quando passar. Como esse expediente já funcionou anteriormente, procura utilizá-lo como meio de comunicação.

Em 1995, BUBSY deu uma nova interpretação desse episódio. Como a dupla Tristão e Isolda, a talha consiste de duas partes que se pertencem, se completam; sua evocação gera uma extraordinária imagem poética no poema. Como as duas peças da talha estão legalmente unidas uma à outra, assim Tristão e Isolda estão ligados em uma aliança, ou contrato, amoroso. Juntos formam a *summa*, soma, da transação, talvez mesmo a *summe de l'escrit*, um casal que até hoje preenche a imaginação dos enamorados.

É notável o emprego de talhas como sinal de uma aliança, um contrato, simbolizado pela união perfeita entre suas partes.

## 2. Talhas numéricas

### O Livro de Tobias

Os livros da Escrituras são denominados *canônicos*, isto é, pertencem a um *cânon*, ou registro, catálogo, e constituem um conjunto de textos inspirados por Deus, que determinam a *regra da fé cristã*, e tal é o sentido de *kanon*: cana para medir, régua, logo regra. Entre os livros considerados inspirados existe um grupo de sete livros do Antigo Testamento, e outros sete do Novo, que são denominados de *deuterocanônicos*, do grego *deuteros*, segundo, como se pertencessem a um segundo cânon, posterior ao primeiro.

O primeiro, o cânon hebraico, posterior à era cristã, é fruto de uma série de disputas que se prolongaram pelo menos até o século II D.C. Os doutores hebraicos para

estabelecer esse cânon se basearam em dois critérios, ao que parece: se o livro fora escrito na Terra Santa (Palestina) e na língua sagrada (hebraico).

O segundo cânon, o alexandrino, elaborado pelos judeus alexandrinos no século I D.C., reconhecia como sagrados também os livros deuteroacanônicos, que não compunham o cânon hebraico. A Igreja Católica considerou válido o cânon alexandrino, no tocante aos livros do Antigo Testamento, outrora usado por Jesus e pelos Apóstolos, seguindo fielmente a Tradição. Isso foi estabelecido nos Concílios de Hipona (393 D.C.), de Cartago (397 D.C.) e de Constantinopla (692 D.C.). Os Concílios Tridentino (1546 D.C.) e Vaticano I (1870) consagraram definitivamente o cânon das Sagradas Escrituras.

Os livros deuteroacanônicos do Antigo Testamento são: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Macabeus, Baruc e carta de Jeremias. Os protestantes denominam esses livros de apócrifos.

O livro de Tobias se baseia em um original semítico que se perdeu. São Jerônimo empregou um texto “*caldaico*” (aramaico) para a Vulgata, que igualmente se perdeu; porém, nas grutas de Qumrã foram descobertos restos de quatro manuscritos aramaicos e de um manuscrito hebraico de Tobias. As versões grega, siríaca, e latina apresentam quatro recensões<sup>1</sup> do texto de Tobias acessíveis, representadas principalmente pelos manuscritos Vaticano (B), Alexandrino (A), códice Sinaítico (S) e da *Vetus Latina*. Esta última, apoiada pelos fragmentos de Qumrã, parece ser a mais antiga, e foi a empregada como base para a tradução constante da Bíblia de Jerusalém (BJ), que iremos utilizar como fonte para as citações das Escrituras incorporadas no presente trabalho.

O livro de Tobias narra um história de família, tratando de dois grandes temas: o justo submetido à provação e a prece atendida. Tobit, que residia em Nínive, na Assíria, era um exilado da tribo de Nefertali. De caráter piedoso, caridoso, observante das leis hebraicas, fica cego prematuramente. Seu parente, Ragüel, que mora em Ecbátana, tem uma filha, Sara. Sara viu morrer sucessivamente sete noivos, mortos pelo demônio Asmodeus nas suas respectivas noites de núpcias. Tanto Tobit quanto Sara pedem em prece a Deus que os livre dessa vida. Deus então envia seu anjo Rafael para conduzir Tobias, filho de Tobit, à casa de Ragüel, onde casa com Sara e recebe o remédio que irá curar seu pai da cegueira.

O livro de Tobias parece ter sido composto no século III A.C., talvez por volta de 200 A.C., provavelmente em aramaico ou hebraico. Apresenta pontos de contacto com uma obra apócrifa, denominada de Sabedoria de Aicar, cujo tema remonta pelo menos o século V A.C. Pode ser considerado como um escrito didático de fundo histórico. Inspira-se em modelos bíblicos, sobretudo nos relatos patriarcais do Gênesis, e literariamente é enquadrado entre Jó e Ester, e entre Zacarias e Daniel. Enquadra a narração nos séculos VIII-VI A.C., mas descreve-a empregando algumas vezes idéias, costumes e práticas posteriores, dos séculos IV-III A.C.

O autor não prima pela precisão dos dados, tanto históricos como geográficos ou topográficos. Por exemplo, em Tb 1,4 o velho Tobit presenciou em sua juventude a divisão do reino de Israel após a morte de Salomão, o que ocorreu em 931 A.C. Foi deportado, com a tribo de Neftali e seu filho Tobias, para Nínive, capital da Assíria, o que ocorreu em 734

---

<sup>1</sup> Recensão: cotejamento do texto de uma edição com o original manuscrito.

A.C. (Tb 1,5-10). Seu filho Tobias só veio a morrer após a ruína de Nínive, sucedida em 612 A.C. (Tb 14,15). Existiria um intervalo de aproximadamente trezentos anos entre a juventude do pai e o falecimento do filho, se o relato fosse inteiramente fiável; porém é provável que o autor apenas quisesse realçar que as vidas de Tobit e de seu filho foram extremamente longas, sendo essa a forma encontrada para tal.

O livro menciona Senaquerib (704-681 A.C.) como sucessor imediato de Salmanasar V (726-722 A.C.-Tb 1,15), omitindo assim todo o reinado de Sargão II (721-705 A.C.).

Em Tb 5,6 afirma que entre Rages (atual Rai, perto de Teerã) e Ecbátana (hoje Hamadã) não haveria mais de dois dias de viagem, embora as duas cidades estejam a uma distância de trezentos quilômetros uma da outra. Inverte a altitude relativa das duas cidades, ao afirmar que Rages (que se encontra a 1132 m acima do mar) está acima de Ecbátana (que se encontra a 2010 m de altura).

### O episódio do depósito

Em Tb 4, 20 o velho Tobit conta ao seu filho, Tobias, acerca do depósito que fizera para uma eventualidade: *“Também quero dizer-te, meu filho, que deixei em depósito com Gabael, filho de Gabri, em Rages, na Média, dez talentos de prata. Não te preocupes, meu filho, se ficarmos pobres”*.

Um talento (*kikkar*), medida de peso do Antigo Testamento, era equivalente a 34, 272 kg, e subdividia-se em 60 minas (1 mina = 571 g), sendo que 1 mina (*mané*) era composta de 50 siclos (*shequel, shequéis*), de 11,4 g (BJ, p.2.353). Esse depósito correspondia, portanto, a aproximadamente 340 kg de prata, quantia expressiva para a época. Para se aquilatar seu poder aquisitivo, mencionaremos que no tempo de Nabucodonosor (605-562 A.C.) um escravo custava em média 40 siclos, e um boi 20 siclos (CONTENEAU, p.97-98).

Provavelmente esse depósito constituía-se de prata sólida, não de moedas. Segundo o costume da época, normalmente eram pequenas placas ou lingotes, gravados com marcas que garantiam seu peso.

Inicialmente, todas as trocas baseavam-se em quantidades equivalentes de grão, especialmente de cevada. Pouco a pouco a prata substituiu o grão, mas em peso, não em moedas. Alguns nomes dessas medidas de peso se tornaram nomes de moedas, como o talento. Se atribui à Lídia a invenção da moeda, talvez no século VII A.C., ou algo antes. Senaquerib fundiu moedas de bronze de pequeno valor, de meio-siclos (COTENEAU, p. 96); porém as primeiras moedas bem conhecidas na Ásia Ocidental foram os dáricos persas, portadoras do nome do rei persa Dario (521-486 A.C.).

O tema prossegue no versículo 5:

*<sup>1</sup>Então Tobias respondeu a seu pai Tobit: “Pai, farei tudo quanto me ordenaste. <sup>2</sup>Mas como poderei recuperar esse dinheiro? Ele não me conhece e nem eu a ele. Que sinal lhe darei para que ele me reconheça, creia em mim e me entregue o dinheiro? Além disso, não sei que caminho tomar para chegar à Média”. <sup>3</sup>Tobit então respondeu*

a seu filho Tobias: “Ele me deu seu documento, e eu lhe dei o meu: eu o dividi em dois para que cada um ficasse com a metade. Tomei uma e deixei a outra com o dinheiro. E dizer que já faz vinte anos que depositei esse dinheiro! Agora, meu filho, procura um homem de confiança para teu companheiro de viagem, e lhe pagaremos pelo seu trabalho até a sua volta; vai e recupera esse dinheiro junto a Gabael.”

A trecho desta narrativa que demanda análise e interpretação mais profunda é: “Ele me deu seu documento, e eu lhe dei o meu: eu o dividi em dois para que cada um ficasse com a metade. Tomei uma e deixei a outra com o dinheiro”.

Tobit efetuou o depósito de uma certa quantia em prata junto a Gabael. Vejamos como a legislação assíria-babilônica, vigente na região em pauta, prescrevia este ato jurídico. O parágrafo 122 do Código de Hammurabi tem a seguinte redação: “Se um awilum [homem livre, de posse de todos os seus direitos] quer dar em custódia a um (outro) awilum prata, ouro ou qualquer outro bem, mostrará a testemunhas tudo o que entregar, redigirá um contrato e (então) dará em custódia” (BOUZON, 1980, p. 59).

Portanto, somente um depósito feito perante testemunhas e do qual existe um documento legal estava protegido pela lei. Isto é referendado pelo parágrafo 123, que prega: “Se ele deu em custódia sem testemunhas e sem contrato e onde ele deu (em custódia) contestaram (o fato): esse caso não terá reivindicação” (id.). Um depósito feito sem as devidas precauções legais indicadas no parágrafo 122 teria como possível consequência jurídica que o depositante não poderia recorrer a um processo, caso quem recebeu o depósito negasse o fato.

O Código de Hammurabi (1728-1686 A.C.) tem o seu texto em acádio cuneiforme quase integralmente conservado em uma estela de diorito negro, com 2,25 m de altura, hoje em exposição no museu do Louvre. Foi descoberta pela expedição arqueológica francesa de J. de Morgan no inverno de 1901-1902 (dez.-jan.), nas escavações realizadas na acrópole da capital elamita, Susa. Não é o corpo legal mais antigo conhecido do Oriente Médio, muito antes dele, já Urukagina de Lagás, no terceiro milênio da era pré-cristã, tentara uma reforma legal, estabelecendo algumas leis e preceitos. O Código mais antigo hoje conhecido em língua acádica é o do rei Bilalama de Ešnunna, que reinou no século XIX A.C. Em sumério existe ainda outro código anterior ao de Hammurabi, o Código de Lipit-Ištar de Isin (1875-1865 A.C.). O sumerólogo Samuel S. Kramer identificou, em 1953, e traduziu, no ano seguinte, um documento legal sumério mais antigo ainda, uma coleção de leis do rei Ur-Nammu (c. 2050-2032 A.C.), da terceira dinastia de Ur.

Mesmo a mais antiga legislação acádica, a de Ešnunna (Eshnunna), previa casos de custódia de bens: “Se uma awilum deu em custódia a um naptarum<sup>2</sup> (um de) seus bens e a casa não foi arrombada, a porta não foi derrubada, a janela não foi arrancada e

---

<sup>2</sup> O naptarum era provavelmente uma pessoa da alta sociedade, um depositário profissional, gozando de direitos especiais e imunidade diante dos funcionários reais e dos administradores locais; cuja casa era, por isso, ideal para a custódia de bens.

(contudo) ele (o depositário) deixou desaparecer o bem em custódia, que lhe foi dado: deverá restituir seu bem ao depositante (BOUZON, 1981, p.110).

É interessante compararmos o paralelismo existente entre esta jurisprudência e a prevista pela lei mosaica: “<sup>6</sup> Se alguém der ao seu próximo dinheiro ou objetos para guardar, e isso for furtado daquele que o recebeu, se for achado o ladrão, este pagará em dobro. <sup>7</sup> Se o ladrão não for achado, então o dono da casa será levado diante de Deus para testemunhar que não se apossou do bem alheio”(Ex. 22, 6-7).

Têm sido feitas comparações das leis de Israel com outros códigos da região, particularmente o Código de Hammurabi, e muitas semelhanças foram identificadas, o que mostra que Israel pertencia à cultura do Mediterrâneo Oriental e compartilhava um direito consuetudinário comum ao Oriente Próximo, um dos produtos da mescla de povos e culturas que caracteriza o II milênio A.C.

Como a quantia depositada por Tobit era significativa, provavelmente procurou se resguardar cumprindo todas as exigências legais, que demandavam a elaboração de um contrato e a presença de testemunhas. O contrato com certeza foi registrado por escrito, porém o texto não indica sobre que suporte a escrita foi redigida. Os suportes possíveis, na época, eram: pedra, objetos ou folhas de metal (p.ex. chumbo, ouro, cobre), papiro ou pergaminho, argila (tabletes), cacos de cerâmica, ou outro material perecível, como madeira ou marfim.

Excluimos a pedra, pois não poderia ser dividida em dois, de acordo com o texto “...eu o dividi em dois para que cada um ficasse com a metade”. A divisão de um contrato escrito em pedra em dois, além de nada prática quase com certeza danificaria o texto.

Também deixamos de lado a possibilidade do emprego de folhas de metal batido, devido à extrema raridade de sua ocorrência. Quanto a possibilidade do emprego de objetos de metal como suporte do contrato, ocorre que eles eram normalmente empregados como armas ou artigos de arte, tais como cabeças de lanças, espadas, taças de prata, espátulas, placas de ouro, etc., os quais geralmente eram inscritos com textos breves, que davam o nome do seu proprietário ou do deus a quem eram dedicados. Não há registro, ao que sabemos, de seu uso habitual em contratos. Além disso, há o problema de sua escassez, custo elevado e da quase impossibilidade de um objeto ser divisível em dois.

O papiro, devido a seu baixo custo em comparação com o couro (pergaminho), era comumente empregado no Antigo Egito, sendo exportado para a Fenícia tão cedo quanto o século XI antes da nossa era. Os mais antigos papiros datam da V dinastia egípcia, c. 2750-2625 A.C., porém os papiros judeu-aramaicos de Elefantina, do século V A.C., estão entre os mais famosos. A palavra para “papiro” é pela primeira vez mencionada na mesopotâmia em um texto do rei assírio Sargão II (721-705 A.C.), enquanto que a palavra para “couro” não é aparentemente encontrada antes do período persa, e “escrita em pergaminho” não ocorre certamente antes do período seleucida (311-95 A.C.) (DRIVER, p.16-17).

Em Tb 7,13 encontramos uma menção ao uso de papiro. Ragüel “<sup>13</sup> Chamou depois a mãe da moça e mandou que trouxessem uma folha de papiro, e redigiu o contrato de casamento, pelo qual dava a Tobias sua filha [Sara] por esposa, conforme a sentença da lei de Moisés.” Essa menção provavelmente é anacrônica, fruto de imprecisão do autor bíblico, que provavelmente confundiu o emprego costumeiro de folhas de papiro para o registro de

contratos de casamento na Palestina, com os hábitos da época e da região em que atribuí a ocorrência dos fatos que relata.

O parágrafo 128 do Código de Hammurabi prescreve: “*Se um awilum tomou uma esposa e não redigiu o seu contrato: essa mulher não é sua esposa*”(BOUZON, 1980, p.62). O elemento jurídico essencial no matrimônio mesopotâmico é, portanto, o contrato escrito. Os contratos de casamento nessa região e nesse período histórico, eram redigidos em tabletes de argila, para terem valor legal. Somente mais tarde, como observamos, o papiro se tornaria comum.

Se um contrato, redigido em papiro ou pergaminho, poderia ser dividido em dois, convém lembrar o uso das chamadas *cartae partitae* ou *cartae dentatae* (cartas, papéis divididos ou dentados), em uso na Idade Média. O contrato somente era válido se as partes se ajustassem perfeitamente; porém, aparentemente, essa prática era desconhecida na antiguidade, não se tendo notícia de seu uso tanto na Mesopotâmia como no Egito ou Israel.

Como o uso tanto do papiro como do pergaminho em contratos não é atestado na região e no período histórico em consideração, pode-se, em princípio, descartar o seu emprego no contrato de Tobit. Evidentemente, dada a perecibilidade desses materiais, não se pode eliminar por completo essa possibilidade, embora não sobrevivam testemunhos arqueológicos.

A argila, usada em tabletes como suporte para escrita de contratos era, de longe, o meio material mais comum empregado na região e no período em pauta. Milhares de exemplos desses contratos foram conservados. Cacos de cerâmica também foram empregados como suporte da escrita, embora geralmente seu uso fosse restrito à redação de comunicações menos formais.

Somente um pequeno número de indivíduos podia ler e escrever a escrita cuneiforme. A maioria da população tinha de recorrer a escribas profissionais, quando necessitavam de um documento legal. Muitas vezes os escribas adicionavam o próprio nome após o das testemunhas nos documentos que produziam. As partes contratantes não assinavam o seu nome, mas simplesmente “selavam”o tablete, enquanto a argila estava úmida, com o seu selo pessoal. O selo, no qual habitualmente estava gravado o nome do proprietário, servia não apenas como assinatura, mas também indicava sua concordância com os termos do contrato. Caso a parte não dispusesse de um selo, pressionava na argila úmida a unha, geralmente de seu polegar, ou a barra ou o canto de sua vestimenta, de modo que deixasse uma marca permanente de seu assentimento aos termos do contrato. É claro que antes do surgimento da ciência das impressões digitais, nem a marca da unha nem a da barra da vestimenta serviam para identificar a pessoa iletrada, essas marcas apenas asseguravam que ela estava no local e concordava com os termos do contrato, o que era garantido pelas testemunhas presentes ao ato.

Dois tipos principais de selos foram empregados na mesopotâmia: a) os planos, mais antigos, que estampavam por pressão uma figura na superfície da argila úmida; b) os cilíndricos, que eram cilindros de pedra em cuja superfície lateral eram gravados caracteres ou figuras em relevo negativo e muitas vezes perfurados segundo seu eixo longitudinal. Quando o cilindro era rolado sobre argila úmida, especialmente preparada, resultava uma impressão em relevo. A argila secava e endurecia rapidamente no ar quente e seco da

região, preservando assim uma imagem duradoura. Serviam, portanto, como uma espécie de assinatura individual.

Qualquer pessoa envolvida no controle de transações necessitava de um selo que caracterizasse irrefutavelmente a sua pessoa. Isso explica a aparição dos selos cilíndricos figurativos em grande número a partir do período denominado de Uruk Antigo (c. 3200-3100 A.C.), quando o número de transações que necessitavam ser registradas era consideravelmente elevado. Não por coincidência, aproximadamente neste mesmo período aparecem os primeiros exemplares da escrita suméria, a mais antiga conhecida. As transações passaram a ser, então, pela primeira vez, registradas por escrito, e autenticadas mediante a impressão dos selos pessoais dos participantes.

Inúmeras atividades administrativas, bem como uma ampla gama de objetos de argila, requeriam essa “assinatura” pessoal, caracterizada pela impressão do selo. Vários tipos de tampas e tampões de argila úmida, onde se rolavam os selos, fechavam gargalos e aberturas de recipientes de argila. Amarravam-se cordões ou cordas para fechar sacos, caixas ou mesmo portas, e na suas extremidades agregava-se uma porção de argila úmida, onde se imprimiam os selos. Uma vez seca, funcionava como lacre, garantindo a inviolabilidade do recipiente ou recinto. Muitos desses fechos de argila, descobertos em escavações, ainda preservam a impressão das cordas em seu interior.

Os conteúdos dos recipientes, sacos, caixas ou recintos que tinham sido lacrados com esses fechos de argila, eram certificados como sendo de responsabilidade da pessoa ou autoridade que tinha deixado seu selo no fecho.

Testemunho desta prática encontramos em Tb, 9,5: “*Gabael levantou-se, contou para ele os sacos de dinheiro com os selos intactos [negrito nosso], e colocaram-nos sobre os camelos*”. Com certeza, esses “selos intactos” eram fechos de argila para os sacos com a impressão íntegra do selo de Gabael, responsável pela sua guarda.

Tobit, de acordo com Tb 1, 12, era procurador do rei Salmanasar V (726-722 A.C.) e administrava seus negócios. Era, portanto, um homem de posses, um agente comercial do rei, acostumado aos procedimentos legais vigentes. Gabael também certamente era uma pessoa acostumada a tais práticas, dedicando-se aos negócios, pois aceita em depósito uma quantia significativa; talvez um depositário profissional ou proprietário de uma casa comercial.

Conhecem-se algumas casas comerciais desta época: em Nuzi, perto de Kerkouk na Assíria, encontramos a casa de Téhip-tilla, cujos arquivos registram negócios de quatro ou cinco gerações. De particular interesse é a firma Murashu, estabelecida em Nippur. Esses Murashu eram israelitas, pois, quando Nabucodonosor captura Jerusalém em 597 A.C. leva seus habitantes mais ilustres em cativo, inclusive o profeta Jeremias, e entre eles estava a família Murashu. Ela prospera no exílio, atingindo seu ápice sob o reinado de Artaxerxes I (464-424 A.C.) e Dario II (423-405 A.C.). Vários tabletes de seu arquivo portam, além da escrita em cuneiforme, um resumo escrito a tinta com algumas palavras em aramaico, pois nem todos sabiam ler o acádio (CONTENEAU, p. 92).

Os documentos mencionados em Tb 5,3 - “*Ele me deu seu documento, e eu lhe dei o meu*” - provavelmente se referem aos selos pessoais de Tobit e Gabael, que deveriam ser impressos no contrato de custódia da prata, registrado em tablete de argila, para validade de acordo com as práticas vigentes. Quando necessário, podia-se fazer duas (ou mais)

cópias do contrato, devidamente seladas, ficando cada parte envolvida com uma. Uma cópia adicional, ou o próprio original, era depositado em um arquivo do palácio, templo ou da casa comercial.

Prossegue o versículo: “*Eu o dividi [o contrato] em dois para que cada um ficasse com a metade. Tomei uma e deixei a outra com o dinheiro*”. Nesse ponto surge uma dificuldade aparentemente inexplicável. O texto afirma que Tobit tomou o contrato (o que implica em que o documento era único) e o dividiu em dois, ficando ele com uma metade e Gabael com a outra. Mas como seria possível dividir um tablete de argila endurecida em dois? O tablete provavelmente desfazer-se-ia ao longo da fratura, com provável perda de texto. Pelo mesmo motivo pode-se descartar o emprego de cacos de cerâmica (ostracos, do grego *óstrakon*). Além disso, como ficariam as impressões necessárias dos selos? Desconhece-se o emprego deste procedimento na mesopotâmia.

Retornando ao texto: “*Pai, farei tudo quanto me ordenaste. <sup>2</sup>Mas como poderei recuperar esse dinheiro? Ele não me conhece e nem eu a ele. Que sinal lhe darei para que ele me reconheça, creia em mim e me entregue o dinheiro?*”. O sinal a que Tobias se refere deveria estar contido na parte do contrato em mãos de Tobit. O texto do versículo também implica em que apenas esta metade do contrato, de posse de Tobit, permitiria a Gabael reconhecer que o seu portador (Tobias, que depois delegou a missão a Azarias) era representante legítimo e autorizado de Tobit.

Em Tb 9, 1.5 Tobias delega a missão de receber a prata a Azarias (na realidade o anjo Rafael), dizendo: “*Dirige-se à casa de Gabael, dá-lhe o documento, recebe o dinheiro e convida-o para que venha contigo para as bodas*”. Azarias partiu então para a casa de Gabael e “*apresentou-lhe o documento e deu-lhe a notícia que Tobias, filho de Tobit, havia casado e convidava para as bodas*”.

Este documento era com certeza a metade do contrato de posse de Tobit. Porém, como conciliar esses acontecimentos com o fato de que o contrato não podia estar registrado em um tablete de argila, de acordo com as práticas históricas documentadas, pois então não poderia ser dividido em dois, como o texto bíblico exige?

Um dos principais pontos a ser registrado em um contrato são *os números* que quantificam os valores, pesos, medidas, datas, etc., nele acordados. Um dos principais artefatos que a humanidade empregou para o registro de números, estudado nessa disciplina, é o denominado *talha numérica*<sup>3</sup>, ou *bastão com entalhes*.

O documento citado em Tb 5, 1-3, o contrato de depósito, *apresenta todas as características funcionais de uma talha dupla*. Foi dividido ao meio; servia como registro documental da transação, provavelmente discriminando a quantia em custódia; tinha valor legal; cada metade ficava de posse de uma das partes envolvidas, e apenas a apresentação da metade em posse do depositante já permitia o cumprimento do acordado.

No texto bíblico: *Ele me deu seu documento, e eu lhe dei o meu*, neste contexto o termo *documento* faria, portanto, menção às marcas de propriedade de Tobit e Gabael, que seriam registradas nas respectivas metades da talha. Na seqüência: *eu o dividi [o contrato] em dois para que cada um ficasse com a metade*, a interpretação seria que a talha

---

<sup>3</sup> O termo técnico, em inglês, (*notched tally stick*), será traduzido como *talha numérica*, com o sentido de pequena vara ou bastão, em que se marca a contagem por meio de entalhes.

representativa do contrato seria dividida em duas metades, uma entregue para Tobit e a outra para Gabael.

A metade do contrato, que estava em posse de Tobit, permitiu posteriormente a Gabael reconhecer que o seu portador (Azarias, por delegação de Tobias) era representante legítimo e autorizado de Tobit.

Isto nos permite sugerir que esse documento era funcionalmente similar a uma talha dupla, ou realmente fosse uma.

Mas teria sido este documento gravado em madeira? DRIVER (1954, p.16) nos ensina que os mesopotâmicos também empregaram tabletes de madeira, embora nenhum tenha ainda sido recuperado em escavações, o que não é de se admirar, dada sua perecibilidade.

Além disso, o testemunho material que porventura os arqueólogos encontrariam em uma escavação seria apenas um pequeno pedaço de madeira, corroído pelo tempo, provavelmente mal conservado, pois dificilmente se esperaria encontrar uma talha completa, indene, com o ajuste perfeito entre as partes preservado. Observariam, quando muito, algumas incisões e talvez outras marcas misteriosas rabiscadas, facilmente atribuíveis às condições do ambiente em que foi achado. Como sua finalidade é desconhecida, seria rapidamente esquecido, sepultado em algum escaninho de um porão de museu.

Exemplo disso temos nos tokens de argila, pequenos cones, esferas, cilindros, etc. de argila, que foram os primeiros contadores empregados na contabilidade arcaica da mesopotâmia. Quando foram encontrados, achou-se que não passavam de peças de jogos, brinquedos de criança, ou objetos com finalidade desconhecida, e foram esquecidos nos desvãos dos museus. Somente quando Denise Schmandt-Besserat descobriu sua finalidade é que foram desenterrados e estudados.

Relevos assírios mostram tabletes duplos, com a aparência de serem unidos por dobradiças, o que os impede de ser de argila, nas mãos de escribas, semelhantes ao *diptychon* romano, que era formado por duas tábuas de madeira, unidas por uma espécie de dobradiça, cobertas com cera, e empregados para anotações temporárias. Provavelmente o ábaco sumeriano era de madeira, e empregava como contadores varinhas de madeira (IFRAH, 2000). Portanto, é de se supor que o uso da madeira em registros não era desconhecido pelos comerciantes da época estudada na mesopotâmia.

Poderia também, com menor probabilidade, como mostramos, ter sido escrito em papiro ou pergaminho, funcionando então como uma *cartae partitae*.

Desse modo, é provável que Tb 5, 1-3 registre um dos mais antigos, senão o mais antigo, testemunho textual escrito existente do emprego de talha dupla. Além disso, a interpretação proposta permite esclarecer dúvidas levantadas pelo texto bíblico, ajudando assim a mostrar que seu autor provavelmente anotou com fidelidade práticas comerciais usuais na época dos acontecimentos por ele relatados.

### 3. A Aliança de Deus com Abraão

Os estudiosos identificam pelo menos três correntes principais de diferentes tradições que contribuíram para a composição literária da Bíblia cristã. A primeira, a tradição javeísta (J), é assim chamada porque emprega o nome divino *IAHWEH* desde a narração da criação. Teve origem provavelmente em Judá e talvez tenha sido escrita, no essencial, durante o reino de Salomão.

A segunda, a tradição eloísta (E), emprega o nome *ELOHIM* para designar Deus. Estima-se ser mais recente que a javeísta, e em geral é relacionada às tribos do norte.

A terceira, a tradição sacerdotal (P), a mais recente de todas, se preocupa com as leis, a organização dos santuário, sacrifícios e ofertas. Exprime o espírito legislativo e litúrgico. Esta tradição se deve aos sacerdotes do templo de Jerusalém, embora preserve elementos antigos. Salomão iniciou a construção do templo de Jerusalém logo depois de 970 A.C. Nesta tradição a criação obedece a um esquema semanal, litúrgico, tendo Deus descansado no sétimo dia, o sábado, dia do repouso sabático.

No versículo 15 do Gênesis encontramos a primeira menção à aliança entre Iahweh e Abrão.

*<sup>9</sup>Ele lhe disse: “procura-me uma novilha de três anos, uma cabra de três anos, um cordeiro de três anos, uma rola e um pombinho.”<sup>10</sup>Ele lhe trouxe todos esses animais, partiu-os [dividiu-os] pelo meio e colocou cada metade em face da outra; entretanto, não partiu as aves. <sup>11</sup>As aves de rapina desceram sobre os cadáveres, mas Abrão as expulsou. ...  
<sup>17</sup>Quando o sol se pôs estenderam-se as trevas, eis que uma fogueira fumegante e uma tocha de fogo passaram entre os animais divididos.  
<sup>18</sup>Naquele dia Iahweh estabeleceu uma aliança com Abrão nestes termos: “À tua posteridade darei esta terra, do Rio do Egito até o Grande Rio, o rio Eufrates, <sup>19</sup>os quenitas, os cenezeus, os cadmoneus, <sup>20</sup>os heteus, os ferezeus, os rafaim, os amorreus, os cananeus, os gergeseus e os jerebuseus.”*

O antigo ritual da aliança está descrito em Gen 15, 9-11;17. Esta é a versão javista do episódio da aliança, na qual talvez estejam incorporados os primeiros traços da tradição eloísta.

Em Gênesis 17 surge nova narrativa da aliança, desta vez da lavra da tradição sacerdotal. Treze anos depois do nascimento de Ismael, Deus renova sua aliança com Abrão, nos termos seguintes.

*<sup>1</sup>Quando Abrão completou noventa anos, Iahweh lhe apareceu e disse: “Eu sou El Shaddai<sup>4</sup>, anda na minha presença e sê perfeito. <sup>2</sup>Eu instituo*

---

<sup>4</sup> Antigo nome divino da época patriarcal ( Gen 28,3; 35,11; 43,14; 48,3; 49,23) mantido especialmente pela tradição sacerdotal (cf. Ex 6,3), raro fora do Pentateuco, salvo em Jó. A tradução

*minha aliança entre mim e ti, e te multiplicarei extremamente”.<sup>3</sup> E Abrão caiu com a face por terra. Deus lhe falou assim: <sup>4</sup>“Quanto a mim, eis minha aliança contigo: serás pai de uma multidão de nações. <sup>5</sup>E não mais se chamará Abrão, mas teu nome será Abraão <sup>5</sup>, pois eu te faço pai de uma multidão de nações. <sup>6</sup>Eu te tornarei extremamente fecundo, de ti farei nações, e reis sairão de ti, de geração em geração, uma aliança perpétua, para ser o teu Deus e o de tua raça depois de ti. <sup>8</sup>À ti, e à tua raça depois de ti, darei a terra em que habitais, toda a terra de Canaã, em possessão perpétua, e serei vosso Deus. <sup>9</sup>Deus disse a Abraão: “Quanto a ti, observarás a minha aliança, tu e tua raça depois de ti, de geração em geração. <sup>10</sup>E eis minha aliança, que será observada ente mim e vós, isto é, tua raça depois de ti: todos os vossos machos sejam circuncidados. <sup>11</sup>Fareis circuncidar a carne de vosso prepúcio, e este será o sinal da aliança entre mim e vós. <sup>12</sup>Quando completarem oito dias, todos os vossos machos serão circuncidados, de geração em geração. Tanto o estrangeiro como o comprado por dinheiro a algum estrangeiro que não é de tua raça, <sup>13</sup>deverá ser circuncidado o nascido em casa e o que for comprado por dinheiro. Minha aliança estará marcada na vossa carne como uma aliança perpétua.*

Diversamente da primeira aliança, esta segunda é concluída sem a prática de um rito particular, talvez por constituir uma renovação da primeira. Em compensação, é instituído o sinal da circuncisão, ritual de sangue típico dos semitas. Entre povos vizinhos esse rito marcava a admissão ao estado adulto na tribo, mas para os israelitas representava o sinal exterior de uma aliança: Deus seria seu Deus e Israel o seu Povo.

O termo empregado na bíblia para designar uma aliança é *b<sup>e</sup>rit*, vocábulo de etimologia incerta. Em dois tabletes cuneiformes do século XV A.C., provenientes de Misrifé (Qatna), publicados por J. BOTÉRO em 1950, figura a expressão *TAR biriti*, que VAUX e ALBRIGHT (cf. VAUX, p.225) consideram idêntica à expressão bíblica *kārat b<sup>e</sup>rit*. Concluem que essa expressão técnica, *b<sup>e</sup>rit*, que designa aliança, não era criação exclusiva dos israelitas, mas existia em seu ambiente.

A aliança referida em Gen 17, 10-13 é conhecida como *b<sup>e</sup>rit milah*, a aliança da circuncisão, cujo sinal é corte da carne do prepúcio dos homens, e é fundamental para o judaísmo, que a considera prioritária mesmo entre outros preceitos do Torah, tais como a observação do Sabbath.

A aliança de Deus com Moisés, a aliança do Sinai, e outras do antigo testamento, costumam ser interpretadas à luz dos antigos tratados de vassalagem do Antigo Oriente, em particular dos tratados do grande rei hitita com seus vassalos da Ásia Menor e do norte da Síria, nos séculos XV-VII A.C. Os tratados que podem ter influído na formulação da

---

comum “Deus Todo Poderoso” é inexata. O sentido é incerto; propô-se “deus da Montanha”, segundo o acádio *shadû*; seria preferível entender “Deus da estepe”, segundo o hebraico *sadeh* e um outro sentido da palavra acádica. Seria um nome divino trazido da Alta Mesopotâmia pelos ancestrais (BJ).

<sup>5</sup> A doutrina do nome: o nome de um ser não apenas o designa, mas determina a sua natureza. Uma mudança de nome marca, pois, uma mudança de destino (cf. Gen 17,15 e 35,10).

aliança do Sinai são os da segunda metade do II milênio A.C., ou seja, os tratados de Alalakh do século XV na Síria; o grupo de tratados hititas, firmados entre 1.450 e 1.200 A.C.; e os tratados de Ras Šamra. Deve-se levar em conta, porém, que muitas vezes o paralelismo é imperfeito.

TAYLOR (in ALEXANDER, 1986 p.123) observa o seguinte.

*Para a mentalidade moderna, “aliança” é simplesmente uma questão de documentos legais e de lacre; para a mentalidade hebraica, porém, ela intervinha em todas as relações humanas. A aliança era o vínculo que unia as pessoas por meio de mútuas obrigações, quer se tratasse de um matrimônio, quer de um contrato econômico ou de um compromisso verbal. Era, pois, natural que também a relação com Deus fosse expressa com esse termo.*

O termo *b<sup>e</sup>rit* foi usado especialmente em sentido religioso para expressar a relação particular estabelecida entre Deus e o povo de Israel. Figura na promessa feita por Deus a Noé de não mandar mais outro dilúvio sobre a terra (Gen 9,9); nas promessas feitas a Abraão (Gen 15,18; 17,4); na aliança do Sinai celebrada com Moisés no livro da aliança (Ex 24,7). O termo também é usado para uma aliança profana, como entre Abraão e Abimelec (Gen 21,27); entre Isaac e o próprio Abimelec (Gen 26,29); entre Jacó e Labão (Gen 31,44).

A aliança de Deus com Abrão é sancionada com um rito de passagem, o antigo ritual da aliança, descrito em Gen 15, 9-11;17. O patriarca deve procurar uma novilha, uma cabra e um cordeiro, todos de três anos, bem como uma rola e um pombinho; depois de imolá-los deve dividir os quadrúpedes ao meio e colocar uma metade em frente à outra. As aves são deixadas inteiras, talvez porque não possam ser facilmente divididas ao meio.

Na conclusão da aliança entre Deus e Abraão, só Deus passa entre as vítimas divididas, para significar que esta aliança é um pacto unilateral, fundamentado apenas na iniciativa divina, sem que sejam impostas aos homens obrigações de qualquer gênero. O Deus é simbolizado pela fogueira fumegante e pela tocha de fogo, elementos típicos da teofania divina.

Nas alianças profanas, como resulta de uma passagem de Jeremias (34, 18-20), os participantes deviam passar entre as duas partes dos animais sacrificados recitando fórmulas imprecatórias, nas quais se declaravam assumir as conseqüências que adviriam caso a aliança fosse rompida.

Um texto hitita reporta rito análogo. Se as tropas do rei hitita foram derrotadas pelo inimigo, o seguinte ritual era executado: dividiam ao meio um homem, uma cabra, um cão e um porco; separavam as metades e faziam uma porta de madeira entre elas; em frente à porta acendiam uma fogueira, e as tropas passavam por esta porta; quando chegavam ao fogo eram aspergidas com água (VAUX, p.225).

Os gregos e os romanos também realizavam ritos semelhantes na comemoração de suas alianças solenes, tais como na aliança entre os Aqueus e os Troianos (Ilíada, III, 298 e s.), e também na aliança entre os Horácios e os Curiácios (Tito Lívio, I, 24).

A conclusão da aliança é designada na Bíblia por uma curiosa expressão: *kārat b'rit*, que significa talhar, cortar, a aliança. Esta expressão gerou, através dos séculos, perplexidade e polêmica entre leigos e estudiosos, pois o que se espera em uma aliança consagrada é a união, a conjunção entre as partes, ou seja, exatamente o oposto à divisão, corte, talho do pacto.

A explicação geralmente aceita para isso é que para sancionar a aliança uma vítima era sacrificada e depois cortada, dividida ao meio. Podemos, todavia, propor uma outra interpretação para este ritual, baseados no simbolismo da expressão *kārat b'rit*, talhar, cortar, a aliança.

Procurando processos ou artefatos simples, de uso cotidiano, cujo simbolismo seja expresso pela divisão em duas metades, que se complementam harmoniosamente, para simbolizar uma aliança, ou contrato, dentro da mentalidade hebraica, expressa por TAYLOR, nos ocorre o paralelismo com a funcionalidade das talhas numéricas. Nas talhas, como foi visto, a conclusão de uma transação, ou seja, o fechamento do acordo entre as partes, é consagrado pela *divisão, corte da talha em duas partes*. A união perfeita entre as partes simboliza a consagração da aliança.

A aliança hebraica é, antes de mais nada, um vínculo entre as pessoas por meio de mútuas obrigações, um contrato entre partes, para o que a talha numérica vem sendo empregada desde tempos imemoriais. Servia como registro documental da transação ou do pacto, tinha valor legal, discriminava as obrigações de cada parte (contidas nos registros numéricos), cada metade ficava de posse de uma das partes envolvidas e, principalmente, simbolizava a aliança, o contrato, o acordo entre as partes.

O episódio de Tb 5, 1-3 nos mostra que os israelitas conheciam o emprego de talhas numéricas, bem como as empregavam para o registro de contratos, ou seja, de suas alianças seculares.

É o mesmo simbolismo que encontramos na talha confeccionada por Tristão, empregando um ramo de aveleira, para patentear a aliança perfeita entre Tristão e Isolda.

A talha, este artefato empregado no cotidiano para o registro de alianças, contratos, cuja consumação era sua divisão, corte, em duas partes, pode ter servido de inspiração para o antigo ritual da aliança, onde os animais sacrificados eram divididos, cortados pela metade, para simbolizar a consecução do pacto entre as partes; daí a origem da expressão *kārat b'rit*, talhar, cortar, a aliança.

Enfatizamos que a correspondência existente entre o aspecto legal de que estava imbuída a aliança hebraica e o encerrado nas talhas numéricas evidencia o notável paralelismo simbólico-funcional prevalecte entre elas.

Nesse ponto, para embasarmos nosso argumento, faremos uma pequena digressão, abordando uns poucos temas sobre a epistemologia histórica. De um ponto de vista atual, faz-se imprescindível a História da Ciência encarar seu objeto, a ciência, como um empreendimento humano, portanto indissociável de suas condições sociais, econômicas e culturais. É necessário adotar uma conceituação mais ampla, mais frutífera, de *ciência em seu contexto*, como ferramenta analítica para investigações históricas (RENN, 1995). Essa nova ótica transcende a tradicional, de meramente proceder a uma descrição narrativa da história das idéias.

RENN encara a epistemologia histórica como espaço para a exploração de todas as dimensões relevantes do conhecimento científico. Entre suas atribuições, relaciona a reconstrução das estruturas cognitivas centrais do pensamento científico, o estudo da dependência destas estruturas de sua base experimental e de suas condições culturais, e o estudo da interação do conhecimento individual com os sistemas institucionalizados de conhecimento.

RENN (op. cit.) analisa igualmente outro importante conceito para o estudo da História da Ciência, o de *sistema cultural de conhecimento*. Por um *sistema cultural de conhecimento* entende “o conhecimento disponível em dada cultura ou sociedade, compreendendo as estruturas cognitivas de pensamento, as formas materiais de sua representação externa, tão bem como as formas de sua transmissão social”.

Os cientistas cognitivos procuram reconstruir estruturas inferenciais do pensamento cotidiano, por exemplo, no caso de raciocínios qualitativos sobre processos físicos, surpreendentemente poderosas e profícuas. Tais estruturas são organizadas em “*modelos mentais*” que provêem o substrato para o pensamento sobre processos, físicos, por exemplo, mesmo em presença de uma teoria desenvolvida, porque eles são necessários para *relacionar* os construtos teóricos da teoria com os objetos materiais com que a teoria deve lidar.

Embora o conhecimento prático dos cientistas (ou engenheiros) da antigüidade não fosse cabalmente embasado em teorias científicas (a mecânica, p.ex.), *ele não era completamente vazio de estruturas cognitivas*, tais como as que governam o pensamento cotidiano. Se essas estruturas puderem ser descritas e analisadas como modelos mentais, elas podem ser sistematicamente comparadas com aquelas que compõem o substrato dos trabalhos científicos contemporâneos. Os processos de pensamento dos construtos teóricos das ciências são saturados de conhecimentos empíricos, que não podem, na maioria das vezes, ser constatados ou deduzidos de fontes históricas.

Empregando esses ensinamentos da epistemologia histórica, podemos constatar que o conhecimento empírico oriundo do uso cotidiano das talhas numéricas, artefatos matemáticos originados em tempos remotos para o registro de números, pôde eventualmente gerar uma estrutura cognitiva que possivelmente veio induzir a criação de um modelo mental cultural, no qual se vinculava a consagração de um acordo, de uma aliança, à noção de talhar, cortar - *kārat b'rit*, e ao ritual a ela associado.

Também esse é o conceito postulado por Ubiratan D'Ambrosio, quando ao insistir que seu Programa Etnomatemática busca entender a aventura da espécie humana na procura de conhecimentos e na adoção de comportamentos. Assinala que o cotidiano está impregnado de saberes e fazeres próprios da cultura; que a todo instante os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura. A aquisição e a elaboração do conhecimento se dão no presente, afirma, como resultado de todo um passado, individual e cultural, com projeção no futuro. Encara a sobrevivência e a transcendência como a essência do ser humano. O que distingue o ser humano das outras espécies viventes é sua vontade de transcender (D'AMBROSIO, 2002).

Essa vontade, a que D'Ambrosio se refere, é o que possivelmente levou os israelitas a projetar seu conhecimento cotidiano do uso das talhas para uma esfera transcendental, incorporando noções como talhar, cortar a elementos rituais de sua religião.

### Nota de Agradecimento

Não podemos deixar de registrar nossos mais sinceros agradecimentos ao Dr. Antonio Quirino de Oliveira, Frei Eduardo, por ter nos chamado a atenção para os simbolismos da expressão *kārat b'rit* e do antigo ritual da aliança, bem como ao seu singular paralelismo com as funções das talhas numéricas. Frei Eduardo é um notável lingüista, que domina o latim, o grego, o hebraico, o francês, inglês e o espanhol, além de ter estudado aramaico e escrita cuneiforme. Participou da Tradução Ecumênica da Bíblia, traduzindo Juízes e Daniel. Estudou arqueologia, tendo participado de escavações em Israel (Siquém e Quifer), pelo American School of Oriental Research e Hebrew Union College.

### Referências Bibliográficas

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo, Paulinas, 1980.
- ALEXANDER, David. *O Mundo da Bíblia*. São Paulo, Paulinas, 1985.
- BOUZON, E. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- *As Leis de Eshnunna*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- BUBSY, Keith. "Ceo fu la summe de l'escrit" (*Chevrefoil*, line 61) again. *Philological Quartely*. Wntr 1995 v74 n1 pl(15).
- CANFORA, Giovanni; ROSSANO, Piero; ZEDDA, Silverio (org.). *Il Messaggio della Salvezza – Corso Completo di Studi Biblici*. 4ª ed. Turim, Torino-Leumann, 1968.
- CONTENEAU, Georges. *La Vie Quotidienne à Babylone et en Assyrie*. Paris, Hachete, 1950.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- DRIVER, G.R. *Semitic Writing*. 2ª ed.rev. Londres, Oxford University Press, 1954.
- BALLARINI, Teodorico. *Uma Introdução à Bíblia - Com Antologia Exegética*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- IFRAH, Georges. *The Universal History of Numbers*. Nova Iorque, John Wiley & Sons, 2.000.
- KOCH, Rudolf. *The Book of Signs*. Nova Iorque, Dover, s.d.
- MARSHACK, Alexander. *The Roots of Civilization*. Nova Iorque, MacGraw Hill, 1972.
- MATTHEWS, Victor; BENJAMIN, Don C. *Old Testament Parallels*. Nova Iorque, Paulist Press, 1997.
- MENNINGER, Karl. *Number Words and Number Symbols*. Nova Iorque, Dover, 1992.
- NISSEN, Hans J.; DAMEROW, Peter; ENGLUND, Robert K. *Archaic Bookkeeping*. Chicago, The University of Chicago Press, 1993.
- NISSEN, Hans J. *The Early History of Ancient Near East 9000-2000 B.C*. Chicago, The University of Chicago Press, 1990.

POWELL, Arthur B.; FRANKENSTEIN, Marilyn (org.). *Ethnomatematics*. Nova Iorque, State University of New York Press, 1997.

RENN, Jürgen. *Historical Epistemology and the Advancement of Science*. Versão eletrônica: [www.mpg-berlin.mpg.de](http://www.mpg-berlin.mpg.de)

SCHMANDT-BESSERAT, Denise. *Before Writing*. Austin, University of Texas Press, 1992.

SOGGIN, J. Alberto. *Israel in the Biblical Period*. Edimburgo, T&T Clark, 2002.

VAUX, Roland de. *Historia Antigua de Israel*. Madrid, Ediciones Cristiandad, 1975.

**Manoel de Campos Almeida**

Professor de História da Matemática da  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
– PUCPR

Endereço: Rua Hermes Fontes, 1282.

80.440-070 Curitiba PR - Brasil

e-mail: [manoel@rla01.pucpr.br](mailto:manoel@rla01.pucpr.br)